

A Constituição como Norte

Um dos meios eficazes e seguramente mais estratégicos para o enfraquecimento e posterior desmanche do Estado Democrático de Direito é minar-lhe as bases e seus fundamentos legais com os elementos estranhos e corrosivos à sua estrutura natural. Incluem-se entre esses elementos estranhos e danosos aos alicerces do Estado, todos aqueles relativos à religião, ao militarismo e às ideologias político partidárias. O que equivale a afirmar que para ser verdadeiramente democrático, o Estado deve ser laico, civil e apartidário.

Assegurando, desse modo, a liberdade de culto, o governo exercido pela sociedade civil é capaz de garantir a liberdade de expressão, de ideias e de livre escolha política. Sem essas premissas, pode haver um Estado, do tipo totalitário, mas nunca um Estado Democrático de Direito. Não por outra razão, são esses preceitos que estão garantidos na Constituição promulgada em 1988. Quando ocorre de um governante, ou grupo a ele ligado, e mesmo algum Poder da República, fazer frente a esses ditames impostos pela Carta, o que se obtém como resultado não é outro senão o solapamento do Estado e seu posterior colapso.

Infelizmente, é o que parece estar acontecendo com o nosso país, praticamente desde o retorno da democracia nos anos 1980, obviamente com algumas exceções. Foi assim durante o período em que o país esteve entregue aos governos petistas, ocasião em que a disseminação da ideologia extremada de esquerda, passou a contaminar as instituições do Estado, se espraiando também para dentro das organizações civis, numa repetição dos fenômenos nefastos já experimentados, por exemplo, pelos países do antigo bloco do Leste europeu e outros como Cuba e Venezuela, com os resultados que já conhecemos.

Coincidentemente, foram esses efeitos nefastos, sentidos por boa parte da população, principalmente com a erupção dos gigantescos escândalos de corrupção, que levaram parte do eleitorado a buscar um antídoto nas eleições de 2018. De lá para cá, o que se assistiu foi a transformação do que seria um remédio contra o esquerdismo doentio, num potente veneno, capaz de liquidar com o Estado Democrático de Direito, substituindo as garantias constitucionais pelo mais raivoso modelo de extrema direita, levando os brasileiros a migrarem de um abismo a outro, com desdobramentos que parecem empurrar os brasileiros para uma nova e profunda crise.

Ao atrair para dentro de seu governo elementos que se declaram terrivelmente evangélicos, militares dos três segmentos das Forças Armadas, com partidos e ideólogos que professam abertamente as teorias simpáticas ao que poderia ser classificado como extrema direita, o atual governo passou a minar os fundamentos básicos do Estado Democrático de Direito, rompendo frontalmente com os princípios constitucionais e garantindo, com isso, a repetição dos mesmos erros cometidos a partir de 2003, com a chegada das esquerdas ao poder. Pastores que sejam dotados de humanismo, indivíduos fardados e ideólogos, mas com calibre técnico e administradores com bom senso e ética. Se for assim, tudo bem.

»» A frase que foi pronunciada

Discurso do general Montgomery: “Não fumo, não bebo, não prevarico e sou herói”. Winston Churchill ouviu o discurso e, com ciúme, retrucou: “Eu fumo, bebo, prevarico e sou chefe dele.”

Covid-19

» A mercantilização da política e sua apropriação por partidos e por figuras demasiadamente conhecidas da população, vai, a cada eleição, perdendo o sentido e se transformando numa espécie de jogo interno, envolvendo apenas as legendas e seus acólitos, com a população vendo tudo de uma arquibancada distante.

Passadas e próximas

» O que ocorre, por detrás dessa encenação toda, é que a cada pleito, de maneira até monótona, repetem-se as inscrições de candidatos fantasmas, principalmente mulheres, para justificar, falsamente, os altos gastos com as campanhas, por meio de notas frias e outros malabarismos malandros, sempre trazidos à tona pela imprensa investigativa.

Final infeliz

» A verdade é que passados os momentos de euforia com o retorno da democracia, a sensação experimentada pela população é que ela embarcou num canoa furada, com os políticos e partidos avançando, ano a ano, sobre os recursos públicos, criando uma casta privilegiada de cidadãos blindados e divorciados dos restantes dos brasileiros, centrados apenas em seus próprios interesses.

»» História de Brasília

Homem da justiça tem sido o dr. José Bonifácio, na Secretaria da Câmara. Como são muitos os seus afazeres, está aqui um pequeno lembrete. Os reservas da Câmara ainda estão esperando os resultados do projeto 123. (Publicado em 04.02.1962)

O drama da aprendizagem escolar

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP — Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE



O primeiro semestre escolar de 2021 terminou, e de maneira muito similar à de um ano atrás. E a resposta é simples: nada fizemos, numa esfera de coordenação nacional, para prover ensino remoto a todas as crianças e a todos os jovens deste país. Os mais prejudicados são os de baixa renda das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A desigualdade entre ricos e pobres vai aumentar ainda mais, e também entre as regiões brasileiras. A situação poderia ter sido muito amenizada caso tivéssemos elaborado um plano nacional de conectividade digital, com internet e banda larga, para esses estudantes e professores da educação básica. Mas não. Nós os deixamos ao deus-dará.

O retorno às atividades escolares presenciais depende da velocidade da vacinação, que, infelizmente, ainda está muito lenta em nosso país. A cada dia sem aula, mais afastamos os estudantes da escola, e começamos a perder a oportunidade de assegurar um futuro digno a essa geração de crianças e jovens.

As primeiras avaliações vêm mostrando o abismo em que estamos mergulhando no campo da aprendizagem escolar. Com a transparência que o tempo exige, o estado de São Paulo foi o primeiro da federação a fazer uma avaliação da proficiência escolar de seus alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Os resultados apontam para um grande retrocesso — e isso no estado cuja área pública, juntamente com a do Paraná, mais rapidamente conseguiu oferecer atividades remotas para boa parte de seus estudantes.

O maior retrocesso ocorre com os alunos do 5º ano; em língua portuguesa, o retorno corresponde aos resultados de 10 anos atrás, enquanto em matemática o impacto é ainda maior, voltando aos resultados de 14 anos atrás. Outro resultado que chama a atenção é o de matemática relativo ao 3º ano do ensino médio: é o pior resultado da série histórica do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) relativo à rede estadual de São Paulo.

Um estudo realizado pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (FGV EESP Clear), vinculado à Fundação Getúlio Vargas, ainda no âmbito das estimativas e divulgado em janeiro de 2021, projeta que os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) podem ter regredido, em média, até quatro anos em leitura e língua portuguesa, ao levar em conta os resultados de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica. A estimativa também indica uma redução na nota média de matemática — nesse caso, com perda equivalente a até três anos de escolaridade.

Outra pesquisa, do Instituto Unibanco em parceria com o Insuper Instituto de Ensino e Pesquisa — *Perda de aprendizagem na pandemia*, divulgada recentemente —, aponta que os estudantes que chegaram ao

terceiro ano do ensino médio em 2021 já perderam nove pontos de aprendizagem na escala do Saeb em língua portuguesa e dez pontos em matemática. O estudo também indicou como tais perdas na aprendizagem podem impactar a renda salarial ao longo da vida do estudante que concluir o ensino médio em 2021. Levando em consideração que um aluno pode perder 10 pontos na escala do Saeb neste ano, segundo a pesquisa, cada ponto afeta 0,5% na remuneração de um trabalho exercido pelo jovem.

Paes de Barros, coordenador da pesquisa, explicou ainda que, em multiplicando a média por aluno pelo número total de estudantes da rede pública do ensino fundamental e médio, o impacto de perda na renda é de R\$ 700 bilhões em 2020, e, no fim deste ano de 2021, pode chegar a R\$ 1,5 trilhão, caso não ocorra um esforço gigantesco dos três níveis de governo e dos sistemas

de ensino para enfrentar imediatamente os desafios da perda de aprendizagem.

O desafio que se coloca — sobretudo às redes públicas de educação básica que atendem 85% dos estudantes do país e grande diversidade de estudantes com origens sociais diversas e condições de vida muito desiguais — refere-se à urgência de volta às aulas e à necessidade de desenvolver novas estratégias e metodologias pedagógicas eficazes para recuperar e acelerar a aprendizagem desta geração de crianças e jovens fortemente afetada pela pandemia.

Para o enfrentamento dessa situação, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em colaboração com as três esferas de governo e instituições e organizações vinculadas à área da educação, elaborou parecer e resolução para o enfrentamento desse desafio, cumprindo assim o seu papel de órgão de estado em defesa da educação.

O papel do professor no combate às fake news e o impacto na saúde pública

» ADEMAR CELEDÔNIO

Diretor de Ensino e Inovações Educacionais do SAS Plataforma de Educação

Em uma partida entre as seleções da Dinamarca e da Finlândia, disputada pela primeira rodada do Grupo B da Eurocopa, o jogador dinamarquês Christian Eriksen caiu após sofrer um mal súbito. Felizmente, houve atendimento rápido, ele reagiu e passa bem. Poucas horas depois, as redes sociais foram bombardeadas por boatos que relacionavam o quadro de saúde do jogador a uma possível reação à vacina contra a covid-19. Em seguida, o diretor-executivo da Inter de Milão, time atual do atleta, confirmou que Eriksen não havia se vacinado e não tinha covid. Antes disso, no Twitter de um blogueiro brasileiro, a notícia falsa já tinha mais de 10 mil curtidas.

O Brasil é um dos países mais afetados por fake news sobre vacinas e covid-19, ocupando a terceira posição, atrás apenas de Estados Unidos e Índia, segundo um estudo recente de cientistas australianos (*COVID-19 vaccine rumors and conspiracy theories: The need for cognitive inoculation against misinformation to improve vaccine adherence*). A situação da pandemia e da disseminação é grave em todas as nações, mas infelizmente permanece descontrolada no nosso país. A questão é complexa e tem sido combatida pelos principais veículos de imprensa e muitos agora têm um espaço fixo para verificação de notícias falsas. E como esse cenário tem impactado os jovens e quem pode ajudá-los a “remar contra a maré” e identificar o que é verdadeiro entre tantas

correntes de WhatsApp e redes sociais?

Relatório divulgado, neste ano, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no documento *Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital*, mostra que apenas 67% dos jovens brasileiros de 15 anos sabem diferenciar fatos de opiniões. E, neste contexto de múltiplas notícias fake, a escola tem papel fundamental na orientação dos alunos para ensiná-los a diferenciar notícias falsas das verdadeiras.

Mais do que preparar os jovens para argumentação e seleção de informações relevantes, o combate às fake news na escola tem função também de garantir a saúde pública. A cobertura vacinal no Brasil reduziu percentualmente de forma acelerada durante a pandemia, mas os índices vinham caindo anualmente. Dados do Plano Nacional de Imunização (PNI), mostram que, em 2015, a cobertura da vacinação infantil atingiu seu melhor índice, chegando a quase 100% em alguns casos, como a de poliomielite, que teve 98,3% de abrangência nacional.

Em 2020, essa porcentagem caiu para 75,9%. A falha na cobertura não está relacionada apenas à pandemia, mas também ao aumento das campanhas falsas contra a eficácia das vacinas em geral. Das nove vacinas oferecidas para crianças de até 30 dias no Sistema Único de Saúde (SUS), oito apresentaram queda da cobertura no ano passado. No caso da hepatite B, apenas 62,8% dos be-

bês com até um mês haviam tomado a primeira dose. Esse quadro preocupante pode ser revertido com o apoio da escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada desde 2017 no Brasil, trabalha algumas habilidades fundamentais no combate às fake news. No 7º ano de Ciências, por exemplo, ela trata diretamente da argumentação sobre a importância da vacinação para a saúde pública, com base em informações a respeito de sua atuação no organismo e seu papel histórico para a manutenção da saúde individual e coletiva e para a erradicação de doenças. Ou seja, a BNCC oferece bases para preparar os estudantes brasileiros e ensiná-los a separar informações falsas das verdadeiras.

Entre outras habilidades desenvolvidas há a seleção de argumentos e evidências que demonstram a esfericidade da Terra. Dentro do campo jornalístico midiático, BNCC traz a introdução da diferenciação da liberdade de expressão dos discursos de ódio, posicionando-se contra esse tipo de discurso e vislumbrando a possibilidade de denúncia quando for o caso. Para o 6º ano, em língua portuguesa, há o reconhecimento da impossibilidade de uma neutralidade absoluta no relato de fatos e orientação quanto a identificar diferentes graus de imparcialidade e parcialidade dentro destes recortes. Ao orientar os estudantes e ensinar as habilidades básicas do currículo, educadores e escolas fazem a sua parte em prol da ciência, da saúde e do futuro do país.